

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS CENTRO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL - EAP TEN/2014 - PROVA II

EAP 1º TEN QOPM / QOC

(Edital nº 04/2014, de 26 de maio de 2014).

NOME:	
LOCAL DE PROVA:	SALA:
DATA: 27/07/2014	

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

- 1. Prova sem consulta.
- 2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
- 3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
- 4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
- Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
- Não será admitido qualquer tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
- 7. O tempo máximo permitido para a realização da prova será de 180 (cento e oitenta) minutos, incluindo o preenchimento da folha de respostas.
- É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
- 9. Iniciada a prova, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, após transcorrido o tempo mínimo de 01h (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do concurso.
- Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas e o caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

EXAME DE APTIDÃO PRO	DFISSIONAL – EAP/2014	- 1º TEN QOPM / QOC- I	PROVA II

1ª QUESTÃO - Acerca do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas – Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009, avalie as assertivas abaixo:

- I O militar não deve tomar a iniciativa de estender a mão para cumprimentar o superior, se este o fizer, pode se recusar ao cumprimento.
- II Os militares em serviço policial ou de segurança não poderão ser dispensados dos procedimentos sobre continência individual constantes no Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.
- III Nos refeitórios, os oficiais observam, caso a referida autoridade não possa comparecer à hora marcada para o início da refeição, esta é iniciada sem a sua presença; à sua chegada, a refeição é interrompida, levantando-se todos os oficiais que tenham assento à mesa daquela autoridade.
- IV Quando o Hino Nacional for tocado em cerimônia religiosa, o militar participante da cerimônia faz a continência individual.

São INCORRETAS as assertivas:

A. ()	I, II e III, apenas
B. ()	I, III, apenas.
C. ()	I e II, apenas.
D. ()	I, II, III e IV.

2ª QUESTÃO – Considerando a Resolução nº 4.085/10- CG, de 11 de maio de 2010, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () No caso de extravio, por furto, roubo ou perda de arma de fogo de uso restrito, de propriedade do militar, este somente poderá adquirir nova arma de uso restrito depois de decorridos 3 (três) anos do registro da ocorrência do fato em órgão da polícia judiciária.
- B. () A quantidade de munição, por arma registrada, que cada militar poderá adquirir para fins de aprimoramento e qualificação técnica, exclusivamente na indústria, é de até 600 (seiscentas) unidades por ano.
- C. () A transferência de propriedade de arma de fogo, adquirida diretamente na indústria, em plano administrado pela PMMG, somente será autorizada depois de decorridos 3 (três) anos, para as armas de uso restrito, e de 5 (cinco) anos, para as armas de uso permitido, contados da sua aquisição.
- D. () O militar que tiver cassada a sua autorização do Porte Especial de Arma de Fogo (PEAF), somente poderá obter nova autorização após o prazo de 5 (cinco) anos.

- **3ª QUESTÃO -** Nas assertivas abaixo marque "V" para as verdadeiras e "F" para as falsas, de acordo com a Resolução Conjunta nº 4.220, de 28 de Junho de 2012, que dispõe sobre o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA). A seguir, marque a alternativa que contém a seqüência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:
- () A contagem do prazo prescricional inicia-se na data do cometimento da transgressão disciplinar e termina com a efetiva ativação da sanção administrativa, salvo nos casos de transgressões permanentes ou residuais a delitos permanentes ou de falsidade.
- () A instauração do Processo Administrativo Disciplinar (PAD/PADS) decorrente de deserção deverá ocorrer tão logo o militar seja capturado ou se apresente na Unidade.
- () A prescrição da pretensão punitiva disciplinar interfere na instauração ou no andamento da investigação criminal.
- () A prescrição da pretensão punitiva da Administração Militar regula-se pela natureza da sanção disciplinar aplicada e observará o prazo de 05 (cinco) anos para as sanções disciplinares que acarretam demissão ou reforma disciplinar, decorrente de deserção.
- A. () V, V, F, F.
- B. () F, V, V, V.
- C. () F, F, V, V.
- D. () V, V, V, F.
- **4ª QUESTÃO -** Nos termos da Resolução Conjunta nº 4.220, de 28 de Junho de 2012, que dispõe sobre o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), é CORRETO afirmar que:
- A. () A Administração Pública não tem o dever de verificar a procedência do fato irregular que chegar ao seu conhecimento, através de denúncia anônima.
- B. () A denúncia anônima não deve ser registrada e controlada pela Seção de Recursos Humanos, Seção de Inteligência da Unidade ou equivalente.
- C. () A denúncia anônima, perante a Administração Pública, não pode ser desconsiderada por absoluto, pois ela legitima a autoridade a exercer o poder/dever de verificar a sua veracidade, haja vista tratar-se de uma forma de conhecimento de possível irregularidade. Ressalta-se que não se deve instaurar processo regular diretamente de uma denúncia anônima.
- D. () A CF/88, ao não exigir a identificação do autor da denúncia, visou, com tal medida, possibilitar que eventuais excessos decorrentes do teor da denúncia sejam tornados passíveis de responsabilização, tanto na esfera civil quanto no âmbito penal e/ou administrativo.

5ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o Caderno Doutrinário 4 - Abordagem a Veículos, aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.145 de 09 de junho de 2011- Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2013—CG, quais as três táticas principais, que poderão ser empregadas, durante uma abordagem a veículos?

- A. () Tática de aproximação, tática com posicionamento de viatura a 45º, tática com posicionamento frontal de viatura.
- B. () Tática de aproximação, tática de cerco e bloqueio e tática de interceptação.
- C. () Tática de aproximação, tática com posicionamento de viatura a 45º, tática de cerco, bloqueio e interceptação.
- D. () Tática de aproximação; tática com posicionamento de viatura a 45º; tática de perseguição e rastreamento.

6ª QUESTÃO – À respeito da Resolução nº 4.285 de 10 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Jornada de Trabalho e dá outras providências, avalie as assertivas abaixo.

- É vedado conceder dispensas por trabalho realizado, ou ainda, em decorrência de ações ou atuações meritórias ou de destaque, salvo se decorrentes de recompensas previstas no CEDM, as quais deverão ser concedidas após o devido processo legal.
- II Os Cb/Sd do QPPM dispensados temporária ou definitivamente deverão ser empregados, preferencialmente, no desempenho de funções atribuídas às Cias/Pel ou para confecção de ocorrências no REDS.
- III Os servidores civis lotados na Polícia Militar, detentores de cargo de provimento em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento da Administração Direta (DAD) níveis 1 e 2, cumprirão uma carga -horária de 30 (trinta) horas semanais, sendo 06 (seis) horas diárias.
- IV As escalas deverão ser inseridas no sistema informatizado para acompanhamento, cabendo à Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e Assessoria de Desenvolvimento Organizacional (ADO) verificar durante as supervisões o efetivo controle.

São CORRETAS as assertivas:

A. ()	I, II, III e IV.
B. ()	I, II e III, apenas.
C. ()	I e II, apenas.
D. ()	I. II e IV. apenas.

7ª QUESTÃO - De acordo com a Lei Federal 11.343, de 23 de agosto de 2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, é INCORRETO afirmar que:

- A. () Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trouxer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às penas de advertência sobre os efeitos das drogas, de prestação de serviços à comunidade, de medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo e pagamento de 50 (cinqüenta) a 200 (duzentos) dias-multa.
- B. () O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais co-autores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um terço a dois terços.
- C. () É isento de pena o agente que, em razão da dependência, ou sob o efeito, proveniente de caso fortuito ou força maior, de droga, era, ao tempo da ação ou da omissão, qualquer que tenha sido a infração penal praticada, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- D. () É indispensável a licença prévia da autoridade competente para produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, observadas as demais exigências legais.

8ª QUESTÃO – Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () O acesso à informação compreende, entre outros, os direitos de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos.
- B. () É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- C. () Subordinam-se ao regime desta Lei, os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- D. () Considera-se tratamento da informação a qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

9ª QUESTÃO - Nos termos da Instrução nº 3.03.13 de 03 de dezembro de 2013, que regula o Policiamento Turístico na Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () Os policiais selecionados para atuarem no Grupo Especial para Policiamento Turístico (GEPTur), deverão permanecer no Grupo, no mínimo, por um ano, salvo nos casos de transferência, realização de cursos, inadaptabilidade ao serviço e afastamentos solicitados pelo Comandante da UEOp.
- B. () A escala do Grupo Especial para Policiamento Turístico (GEPTur) será supervisionada pelo Coordenador de Policiamento da Unidade (CPU), devendo sua execução estar de acordo com os documentos normativos institucionais.
- C. () A Atuação do Policiamento Ostensivo Turístico (POTur) na realização do policiamento em áreas turísticas não deve haver favoritismos, de forma que a execução do policiamento deverá cumprir rotas consubstanciadas em base estatística de criminalidade e fluxo de pessoas, com vistas a atender toda a população envolvida no turismo local, sem qualquer distinção.
- D. () O policiamento ostensivo turístico consiste numa atividade de preservação/prevenção da ordem pública a ser executada em caráter suplementar ao policiamento local já empregado no trade turístico, utilizando-se da modalidade patrulhamento e do processo motorizado, a pé e de bike patrulha, com o suporte de veículos apropriados Tático Móvel, Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR) e Base Comunitária Móvel (BCM) objetivando prevenir e reprimir delitos em áreas turísticas.

10ª QUESTÃO - De acordo com o disposto na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Coordenação de Comando (ou vertical) é o conjunto de esforços harmônicos de Policiais Militares que integram Seções do Estado-Maior (EM), Diretorias, Auditoria Setorial, Corregedoria, Ensino e Assessoria Institucional sem vinculação hierárquica - embora possam estar em níveis diferentes – visando alcançar objetivos comuns e evitar a dispersão de esforços, por intermédio de cooperação, entrosamento e senso do dever comum, manifestados em reuniões e ligações formais ou informais.
- B. () O modelo de gestão operacional por resultados na PMMG será norteado, dentre os objetivos desejáveis para a atividade-fim, pela autonomia dos comandantes de UEOp, de Companhia e de setores de policiamento, para planejar e buscar soluções para os problemas de segurança pública afetos à localidade, respeitadas as diretrizes e normas estratégicas e do nível tático.
- C. () As policiais femininas poderão atuar até o nível de pelotão PM, desde que o efetivo existente seja, sob análise do comandante da UEOp, adequado ao bom desempenho das atividades.
- D. () Quanto ao nível de execução ou operacional é composto na área da atividadefim, pelas UEOp que podem ser Regiões (RPM) Batalhões (BPM), Regimento de Cavalaria, Companhias Independentes (Cia PM Ind), Companhia de Missões Especiais (Cia MEsp).

11ª QUESTÃO - Marque a alternativa CORRETA. De acordo com o disposto na Diretriz para Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.01/2010, que regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais, são consideradas forças de reação do Comando-Geral as seguintes Unidades:

- A. () Batalhão ROTAM (Btl ROTAM), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo (Btl RpAer), Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE).
- B. () Batalhão ROTAM (Btl ROTAM), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE), Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo (Btl RpAer), Batalhão de Polícia de Guardas (BPGd).
- C. () Batalhão ROTAM (Btl ROTAM), Batalhão de Polícia de Eventos (BPE),Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes (RCAT), Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran),Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE).
- D. () Batalhão ROTAM (Btl ROTAM), Batalhão de Polícia de Guardas (BPGd), Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTran)Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo (Btl RpAer),Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE).

12ª QUESTÃO – De acordo com o Caderno Doutrinário 12 - Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo IMPO, aprovado pela Resolução nº 4.262, de 11 de junho de 2013 – Manual Técnico-Profissional nº 3.04.012/2013-CG - Regula a Utilização de Armamentos, Equipamentos e Munições de Menor Potencial Ofensivo na PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () Sempre que a situação de possível agressão, injusta e iminente, contra os policiais militares, permitir, sugere-se que sejam utilizadas a uma distância mínima de 25 metros do alvo (munições de impacto controlado) e direcionadas aos membros inferiores.
- B. () As munições de impacto controlado e antimotim não serão empregadas em operações de reintegração de posse.
- C. () As munições antimotim possuem as mesmas regras de utilização que as munições de impacto controlado, assim considerada a distância mínima para emprego.
- D. () O cartucho calibre 12 com projétil único de elastômero *Precision* é a munição de impacto controlado mais utilizada pela PMMG.

13ª QUESTÃO - De acordo com o Caderno Doutrinário 12 - Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo IMPO, aprovado pela Resolução nº 4.262, de 11 de junho de 2013 Manual Técnico-Profissional nº 3.04.012/2013-CG - Regula a Utilização de Armamentos, Equipamentos e Munições de Menor Potencial Ofensivo na PMMG, é CORRETO afirmar que:

- A. () Os tipos de agentes químicos utilizados pela PMMG são o Clorobenzilideno Malononitrila (CS), Oleoresina Capsaicina (OC), Ácido Cianídrico (CN).
- B. () O CS, ao contrário do OC, provoca alguns de seus efeitos mesmo em pessoas sob o efeito do álcool e substâncias entorpecentes.
- C. () Os tipos de agentes químicos utilizados pela PMMG são o clorobenzilideno malononitrila (CS), Oleoresina Capsaicina (OC), Hexacloretano (HC).
- D. () O OC é mais conhecido nos meios militar e policial como Ortoclorobenzalmalononitrila. É um composto orgânico que pertence à classe dos haletos, ou seja, apresentam, pelo menos, um átomo do grupo dos halogênios (flúor, cloro, bromo, iodo), ligado a um grupo derivado de hidrocarboneto.

14ª QUESTÃO - Nas assertivas abaixo marque "V" se for verdadeira e "F" se for falsa, considerando o Caderno Doutrinário 5 - Escoltas Policiais e Conduções Diversas, aprovado pela Resolução nº 4.146, de 09 de junho de 2011 - Manual Técnico-Profissional nº 3.04.05/2013-CG. A seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- () Nos casos de escoltas de pessoas presas, os policiais militares poderão fazer a alimentação em restaurantes ou similares, observadas as particularidades de segurança do local, desde que permaneçam na vigilância, no mínimo, a metade do efetivo empregado e que os escoltados estejam algemados e no compartimento de segurança.
- () Os policiais militares envolvidos na escolta não deverão ficar de costas para o escoltado, devendo posicionarem-se em local que lhes permita manter atenção difusa (em 180º).
- () A escolta de pessoa presa para apresentação a autoridades compete, atualmente, no Estado de Minas Gerais, à Subsecretaria de Assuntos Penitenciários (SUAPE).
- () As escoltas de bens e valores serão realizadas pela Polícia Militar mediante convênios.
- A. () F, F, V, F.
- B. () V, F, V, V.
- C. () V, F, V, F.
- D. () F, V, F, F.

15ª QUESTÃO - Avalie as afirmativas abaixo, relativas ao Caderno Doutrinário 4 – Abordagem a Veículos, aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.145, de 09 de junho de 2011 – Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2013-CG e, a seguir, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- I A vistoria veicular e a busca pessoal são procedimentos que podem ocorrer ao longo de uma abordagem a veículos, principalmente naquelas que se configuram intervenções policiais militares de nível 1 (preventiva) e 2(repressiva).
- II Para proceder à abordagem a veículos, o policial militar deve observar os princípios do pensamento tático, mapeando o local da intervenção em função da avaliação de riscos. Nesse sentido, pode-se considerar a área de aproximação, numa abordagem a veículos, todo o espaço livre em torno do veículo abordado (360º).
- III A abordagem a veículos ocorre, durante uma operação de blitz policial, quando a viatura e os policiais militares montam um dispositivo apropriado para direcionar e diminuir a velocidade do fluxo do trânsito, de forma a facilitar a escolha e a ordem de parada dos veículos pelo PM Selecionador, de acordo com o objetivo e o nível da intervenção.
- IV A tática com posicionamento de viatura a 45º poderá ser empregada em abordagens a veículos nível 2 (risco nível II), quando o policial militar estiver no estado de prontidão alerta (laranja).

São INCORRETAS as afirmativas:

D. () 2,1,2,3,1,3.

A. () I, II, apenas. B. () I, II e III, apenas. C. () I e IV, apenas. D. () I, II, III e IV.		
Abordagem a Veículos, aprovado 2011 – Manual Técnico–Profissic abordagem a veículos, enumere	pela l nal r a se	ormações contidas no Caderno Doutrinário 4 - Resolução Conjunta nº 4.145 de 09 de junho de nº 3.04.04/2013- CG, referentes aos níveis de gunda coluna de acordo com a primeira. Em ntém a sequência de respostas CORRETA, na
1. Abordagem a veículo - nível 1 2. Abordagem a veículo - nível 2 3. Abordagem a veículo - nível 3	()	policiais de caráter educativo e assistencial.
A. () 1,2,3,2,3,1. B. () 3,2,1,3,2,1. C. () 2,1,3,2,3,1.		

17ª QUESTÃO – Acerca das orientações contidas no Caderno Doutrinário 2 – Tática Policial, aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.151, de 09 de julho de 2011– Manual Técnico–Profissional nº 3.04.02/2013–CG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A varredura consiste na verificação visual feita pelo policial militar, de um determinado espaço físico localizado em uma área de risco. Para realizá-la, os policiais militares poderão utilizar três técnicas básicas denominadas: tomada de ângulo, olhada rápida e olhar israelense.
- B. () Nas abordagens e buscas pessoais, os policiais militares deverão atentar pela segurança. Para tanto, foram estabelecidos ângulos de aproximação ao abordado, sendo o ângulo 2 (dois) o que oferece maior segurança.
- C. () A posição de emprego de arma de fogo 1 (um), arma localizada, é indicada para deslocamentos longos, pois minimiza o cansaço físico causado pelo peso da arma, proporciona ao policial militar condição para se defender de uma possível agressão, sem aumentar muito o tempo de reação.
- D. () Na Técnica de Aproximação Triangular (TAT), a distância recomendada entre os policiais militares será de aproximadamente 4 (quatro) metros, o que dificulta o controle visual simultâneo de ação dos dois policiais militares por parte do abordado.

18ª QUESTÃO - De acordo com a Resolução Conjunta nº 4.220, de 28 de Junho de 2012, que dispõe sobre o Manual de Processos e Procedimentos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), é CORRETO afirmar que:

- A. () O andamento do processo disciplinar para apuração de conduta antiética residual ao delito depende do andamento da investigação ou do processo criminal sobre o mesmo fato.
- B. () Os autos de PAD, PADS e os recursos disciplinares cujas decisões são de competência do Comandante-Geral e do Chefe do EMPM deverão ser diretamente remetidos à DRH; todos os demais processos e procedimentos disciplinares, cujas decisões forem de competência das referidas autoridades e, também do Corregedor, deverão ser diretamente remetidos à CPM.
- C. () Para todos os atos processuais, a intimação ou notificação ao advogado constituído nos autos, ao defensor nomeado ou ao curador, não supre a notificação do militar envolvido na querela administrativa, salvo se este estiver preso.
- D. () O parecer da SRH, de assessor jurídico ou outro, eventualmente produzidos, devem ser, em regra, anexados aos autos do processo ou procedimento administrativo disciplinar, sendo considerado uma peça informativa.

19ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Instrução nº 3.03.07/2010, que regula a atuação da Base Comunitária na Polícia Militar, é atribuição das Unidades de Execução Operacional (UEOp):

- A. () Mensalmente, o Comandante da Unidade de Execução Operacional (UEOp), o Chefe da Seção de emprego operacional (P3) e o Comandante da BC reunirse-ão para avaliar o controle das metas pactuadas com a comunidade e registradas no Plano de ação.
- B. () Avaliar, anualmente, o desempenho dos policiais militares que atuam na Base Comunitária (BC) e premiar, dentre esses, aqueles que se destaquem no cumprimento da missão, constitui atribuição das Unidades de Execução Operacional.
- C. () A identificação dos problemas de segurança apontados pela Comunidade será alvo de análise pelo grupamento da BC, cabendo a estes a função de assessoria. A resolução do problema deverá ser arquitetada através de ferramentas de controle e qualidade do trabalho com a construção de um plano de ação. Recairá esta responsabilidade ao Cmt da Cia PM que deverá dar continuidade aos trabalhos, respeitando o cronograma de trabalho e reunindo esforços no sentido de alcançar a resolução do problema.
- D. () O Cmt da Cia PM apresentará ao Cmt da UEOp o plano de ação, relativo à identificação e análise dos problemas estudados.

20ª QUESTÃO – Nos termos da Instrução nº 3.03.09/2011, que regula o Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no Ambiente Escolar, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Ao se verificar a ocorrência do ato infracional, o adolescente receberá "Voz de prisão em flagrante". Quanto à criança, não há esse procedimento, devendo apenas ser encaminhada, imediatamente, ao Órgão Competente.
- B. () A competência quanto ao assessoramento das ações junto à rede recairá sobre o oficial ou praça Multiplicador em Polícia Comunitária (designado para elaboração e estruturação do CONSEP/Escolar).
- C. () No campo das intervenções preventivas experimentadas pela Polícia Militar no ambiente escolar pode-se citar o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), o projeto Polícia de Proteção Integral à Criança e ao Adolescente (POPI) e o Projeto Jovens Construindo a Cidadania – JCC.
- D. () A Patrulha Escolar atuará precipuamente na prevenção, através de ações proativas e, supletivamente, na repressão a crimes e atos infracionais cometidos dentro ou no entorno das unidades de ensino.

21ª QUESTÃO – Nos termos da Instrução nº 3.03.09/2011, que regula o Emprego Operacional da Polícia Militar de Minas Gerais no Ambiente Escolar, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Nas situações de crianças ou adolescentes "perdidos" e "abandonados" quando a entrega for feita aos pais ou responsável, o Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) será dirigido ao Conselho Tutelar do Município, circunstanciando o fato e colhendo o respectivo registro no verso da primeira via daquele documento.
- B. () Cópia de REDS/Boletim de Ocorrência decorrente de ato infracional somente será fornecida em atendimento a requisição de autoridade judiciária, do Conselho de Segurança Pública e do Ministério Público ou a pedido dos responsáveis e/ou representantes legais dos envolvidos.
- C. () A composição básica da patrulha escolar deverá ser de no mínimo de 01 (um) PM, sendo sugerida sua jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias.
- D. () Nos atos praticados por adolescentes, havendo co-autoria com pessoa maior de 18 (dezoito) anos, a ocorrência será desmembrada, sendo conduzida e registrada na Delegacia especializada, no caso da pessoa maior de idade e no Conselho Tutelar, no caso do adolescente.

22ª QUESTÃO – Nos termos da Diretriz nº 3.02.02/09-CG, que estabelece orientações básicas para as Atividades de Coordenação e Controle a serem realizadas no âmbito da PMMG, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () A atividade de coordenação e controle fortalece os princípios da administração pública, entre eles a publicidade e a eficiência.
- B. () O acompanhamento das atividades da Corporação, por todos os que exercem comando, chefia ou direção, de forma a assegurar o recebimento, a compreensão e o cumprimento das decisões do escalão superior, pelo órgão considerado, possibilitando, ainda, identificar e corrigir desvios, denomina-se Controle.
- C. () A coordenação de policiamento age como atividade preventiva, conduzindo harmonicamente todos os esforços coletivos no sentido das ideias e dos objetivos pré-determinados e definidos pela Organização.
- D. () Atividade de linha é o emprego diretamente relacionado ao público.

23ª QUESTÃO — De acordo com a Diretriz nº 3.02.02/09-CG, que estabelece orientações básicas para as atividades de Coordenação e Controle a serem realizadas no âmbito da PMMG, considere os tipos de coordenação apresentados na 1ª coluna, relacionando-os aos respectivos conceitos da 2ª coluna, e em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- 1. Coordenação de Auditoria Setorial
- Suas atividades serão desenvolvidas no sentido de Assessorar o Comandante-Geral quanto à pertinência e consonância das atividades de Gestão e Controle Interno na PMMG, com foco no desenvolvimento de ações eficazes, visando a aplicação adequada dos recursos públicos.
- 2. Coordenação Técnica das Diretorias
- () Conjunto de atividades decorrentes da autoridade de linha e do comandante, as quais, fluindo do topo da organização e incidindo sobre os elementos subordinados, possibilitam ajustar planos e normas e assegurar a harmonia nas intervenções decorrentes.
- 3. Coordenação de Comando
- () Acompanhamento por parte do gestor quanto à fiel execução orçamentária, financeira e controle patrimonial, em consonância com a legislação estadual, federal e normas técnicas vigentes na Corporação, referente aos procedimentos e processos levados a efeito pelas Unidades executoras apoiadas e apoiadoras.
- 4. Coordenação de Estado-Maior
- () Visa alcançar objetivos comuns e evitar a dispersão de esforços, através de cooperação, entrosamento e senso do dever comum, manifestados em reuniões e ligações formais ou informais.

- A. () 2, 1, 4, 3.
- B. () 4, 2, 3, 1.
- C. () 3, 4, 1, 2.
- D. () 1, 3, 2, 4.

24ª QUESTÃO – Nos termos da Diretriz nº 3.02.02/09-CG, que estabelece orientações básicas para as atividades de Coordenação e Controle a serem realizadas no âmbito da PMMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Pesquisas pós-atendimento deverão ser implementadas, visando aferir o grau de satisfação da comunidade no campo da segurança pública, bem como a qualidade dos serviços prestados pela Corporação, segundo a ótica do cliente, reforçando, assim, o controle direto das atividades desenvolvidas pela PMMG.
- B. () As atividades de coordenação e controle obedecerão ao disposto em calendário trimestral, aprovado pelo Chefe do Estado-Maior, exceção feita à Supervisão Operacional e à Supervisão de Autoridade de Linha.
- C. () As atividades de Seminário e Supervisão realizadas pela Auditoria Setorial e Corregedoria poderão ocorrer em qualquer época.
- D. () Os Encontros da Comunidade Operacional devem ser programados e publicados semestralmente, pelo EMPM, devendo ser convocadas as praças em função de comando até o nível de destacamento.

25ª QUESTÃO – Nos termos da Diretriz nº 3.01.03/2010 – CG que regula a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais na prevenção da demanda e da oferta de drogas, marque "V" para as assertivas verdadeiras e "F" para as assertivas falsas e, ao final, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo:

- O Estado de Minas Gerais, em decorrência de sua vasta malha rodoferroviária, hidroviária e aeroportuária, está inserido na rota do tráfico, principalmente em relação às drogas oriundas dos países produtores da América do Sul e da região nordeste brasileira.
- As ações voltadas para populações com um ou mais fatores associados ao risco de uso de substâncias são denominadas Intervenção Universal.
- A intervenção preventiva terciária será realização após o primeiro contato da população com a droga (seu objetivo é evitar a progressão do consumo e minimizar os prejuízos relacionados ao uso).
- () Especificamente no que se refere à prevenção primária, quando detectada pelos diversos integrantes da Corporação, deverão ser promovidas intervenções e/ou abordagens de forma interdisciplinar, com o acolhimento especializado e em cooperação aos setores oficiais e complementares competentes.
- A. () V, V, V, F.
- B. () F, F, V, V.
- C. () V, F, F, F.
- D. () F, V, F, V.

26ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.01.03/2010 – CG, que regula a atuação da Polícia Militar de Minas Gerais na prevenção da demanda e da oferta de drogas, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Ação integrada da análise criminal, prioritariamente, tem por objetivo avaliar as informações espaciais e temporais, normalmente decorrentes das consequências do ato delitivo.
- B. () Promover a redução de danos constitui estratégia institucional para a prevenção da oferta.
- C. () Cooperar na formulação de políticas públicas constitui estratégia institucional para a prevenção da demanda.
- D. () A ação integrada da análise de inteligência busca agregar qualidade aos dados quantitativos com vistas a identificar as causas, atores e fatores conexos, complementando a análise criminal, e possibilitando a produção de conhecimentos prospectivos.

27ª QUESTÃO – Nos termos da Diretriz nº 3.01.02/2011- CG, que regula o Emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Ao dispersar grupos ilegais ou não, mas não violentos, os policiais militares deverão evitar o uso da força ou, quando tal não for possível, deverão restringila ao mínimo necessário.
- B. () Para a elaboração do planejamento, deve ser considerado que, quanto mais força se demonstra, menos força se emprega, isto é, a demonstração de força desestimula a resistência. Os recursos devem ser empregados com parcimônia, pois são escassos. Entretanto, subdimensionar pode implicar resistência por parte dos ocupantes, implicando graves consequências sociais.
- C. () Haverá acompanhamento do assessor jurídico da Unidade cumpridora da requisição Judicial, ou outro indicado na tramitação da reintegração de posse, desde a fase de instalação do Comitê Permanente de Crise, ou seja, a 2ª fase.
- D. () Tratando-se de ação repressiva qualitativa, a ordem judicial será cumprida sem a presença do representante do Ministério Público, se este, cientificado do dia, hora e local, não se fizer presente.

28ª QUESTÃO – Nos termos da Diretriz nº 3.01.02/2011- CG, que regula o Emprego da Polícia Militar de Minas Gerais nas Ocupações de Imóveis Urbanos e Rurais, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Esgotadas todas as formas e alternativas de solução pacífica para a desocupação, no caso de autorização de emprego de força necessária para garantir a ordem judicial, a solicitação da presença do Comitê Permanente de Crise para participar "in loco" da ação policial, constitui uma das providências essenciais durante o emprego policial.
- B. () Diante de conflitos fundiários em terras silvícolas e quilombolas, a decisão sobre uma ação/operação policial-militar no local do conflito será do Comandante Regional, pois a atuação da Polícia Militar será em apoio à Polícia Federal.
- C. () Em hipótese alguma, Policiais Militares serão utilizados para desmanche, retirada e transporte de materiais do local reintegrado, bem como a PMMG não fará o transporte das pessoas retiradas desse local.
- D. () Considerando que, conforme o caso, nem sempre haverá disponibilidade de militar tecnicamente habilitado para desempenhar o papel de negociador, deverão ser observados critérios mínimos que irão nortear o trabalho da equipe de negociação. Conforme doutrina referente ao gerenciamento de crise, o negociador não será o Comandante da operação policial.

29ª QUESTÃO – De acordo com a Diretriz nº 3.02.03/2011 – CG, que define a estratégia e o processo de gestão do Programa Polícia para a Cidadania e a prestação do serviço "Polícia e Família", marque a alternativa INCORRETA:

- A. () O serviço Polícia e Família caracteriza-se como ponto de interseção e apoio das ações preventivas, formando o núcleo propulsor de transformação do novo paradigma da Polícia para a Cidadania.
- B. () Quanto às providências para atuação em rede, no que diz respeito ao processo de setorização, o emprego do policial deverá ocorrer no policiamento a pé ou motorizado, eventualmente no mesmo setor de trabalho, para possibilitar uma real percepção do quadro que se apresenta.
- C. () No campo da gestão do serviço no nível operacional, cabe à Diretoria de Apoio Operacional, priorizar o atendimento daqueles casos em que forem detectados membros das famílias-alvo em situação de grande vulnerabilidade e grave exposição a riscos, acionando de imediato a intervenção da rede comunitária por intermédio de sua coordenação e comunicando formalmente tal situação aos órgãos competentes.
- D. () Mobilização Comunitária para o serviço Polícia e Família pressupõe-se a construção de uma articulação entre a polícia e o cidadão inserido na célula familiar. Esta articulação será estruturada a partir de um intenso movimento de mobilização da comunidade e do fortalecimento de redes comunitárias, viabilizando a discussão e a solução prévia dos problemas sociais afetos a determinado grupo de pessoas.

30ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, é CORRETO afirmar que:

- A. () Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, não pode o juiz oferecer a proposta de transação penal de ofício ou a requerimento da parte, uma vez que esse ato é privativo do representante do Ministério Público, titular da ação penal pública.
- B. () Os atos processuais serão públicos e só excepcionalmente realizar-se-ão em horário noturno.
- C. () Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano ou multa.
- D. () A ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, independem de representação.

31ª QUESTÃO – A respeito do atendimento pela autoridade policial, de acordo com os preceitos estabelecidos na Lei nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () A recondução da ofendida e dependentes ao domicílio, após afastamento do agressor, configura medida protetiva de urgência que o magistrado poderá adotar para a proteção e assistência em favor da ofendida.
- B. () Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- C. () Seguindo as tendências legislativa e judicial de facilitar e estimular a aplicação das penas restritivas de direitos, aí incluídas as de natureza patrimonial, aos casos de infração de menor e de médio potencial ofensivo, permite a aplicação, ao condenado por violência doméstica, de penas alternativas de natureza patrimonial ou que possam resultar no pagamento de multa ou de cesta básica.
- D. () Para que seja configurada violência doméstica e familiar contra a mulher, não é indispensável que o agressor e a vítima coabitem o mesmo lar.

32ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, em relação ao porte de arma, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Responderá pelo delito de omissão de cautela o proprietário ou o diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixar de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal, nas primeiras vinte e quatro horas depois de ocorrido o fato, a perda de munição que esteja sob sua guarda.
- B. () O crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, terá a pena aumentada da metade se for praticado por policiais civis e militares.
- C. () O interessado em adquirir arma de fogo de uso permitido que comprove estar autorizado a portar arma com as mesmas características daquela a ser adquirida estará dispensado da comprovação de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo.
- D. () Os crimes de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e o comércio ilegal de arma de fogo, nos termos da legislação específica, são suscetíveis de liberdade provisória.

EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL - EAP/2014 - 1º TEN QOPM / QOC- PROVA II

33ª QUESTÃO – Nos termos do Decreto-Lei nº 1.001, de 21/10/1969 – Código Penal Militar, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Comete o crime de desobediência o militar que se recusa a obedecer a ordem do superior sobre o assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.
- B. () O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação, considera-se superior, para efeito da aplicação da lei penal militar.
- C. () Fica sujeito à declaração de indignidade para o oficialato o militar condenado, qualquer que seja a pena, nos crimes de traição, espionagem ou covardia.
- D. () A perda de posto e patente resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, e importa a perda das condecorações.

34ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto-Lei nº 1.001, de 21/10/1969 – Código Penal Militar, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Comete o crime de corrupção passiva o militar que apropria-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse ou detenção, em razão do cargo ou comissão, ou desviá-lo em proveito próprio ou alheio.
- B. () Incorrerá na pena relativa à deserção o militar que consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.
- C. () Terá a pena aumentada de metade, o militar que, no exercício de função de comando, praticar o crime de descumprimento de missão.
- D. () É isento da pena relativa ao crime de conspiração o militar que, antes da execução do crime e quando era ainda possível evitar-lhe as consequências, denuncia o ajuste de que participou.

35ª QUESTÃO - Considerando o contido no Caderno Doutrinário 4 - Abordagem a Veículos, aprovado pela Resolução Conjunta nº 4.145, de 09 de junho de 2011- Manual Técnico-Profissional nº 3.04.04/2013-CG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Ao iniciar a perseguição a veículo suspeito, os policiais manterão, conforme previsto nos procedimentos táticos para a realização da perseguição policial , a distância mínima de segurança da viatura em relação ao veículo em fuga (recomenda-se 20 metros), atendendo aos limites de velocidade da via.
- B. () Nas abordagens a motocicletas, recomenda-se que a área de aproximação do policial militar seja de um metro, na diagonal, à retaguarda e do lado direito do condutor do veículo.
- C. () Ao abordar a questão do planejamento das intervenções policiais, a Diretriz Geral para o Emprego Operacional da PMMG (DGEOp) instrui que "não se admite a ação de uma fração da Polícia Militar ou de um militar isolado que não obedeça a um planejamento oportuno e, via de regra, escrito. Nos casos simples ou de urgência, poderá ser verbal ou mental."
- D. () É aconselhável que a vistoria veicular se inicie pelo porta-luvas, observando a existência de objetos no assoalho, as laterais internas, pintura mal encoberta nos cantos e no compartimento do guarda-estepe. Posteriormente, segue-se a vistoria da parte externa, da parte interna, prosseguindo até a região do portamalas.

36ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 14.310, de 19/06/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque "V" para as assertivas verdadeiras e "F" para as falsas e, em seguida, marque a alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- () Será submetido a Processo Administrativo Disciplinar o militar, com no mínimo três anos de serviço que reincidir em falta disciplinar de natureza grave, se classificado no conceito "C".
- () No julgamento da transgressão, a autoridade aplicadora da sanção atribuirá, de dez a vinte pontos para infração de natureza média.
- () Ter o transgressor procurado diminuir as consequências da transgressão, antes da sanção, reparando os danos, constitui causa de justificação.
- () Por ato fundamentado do Corregedor da IME, o militar poderá ser colocado em disponibilidade cautelar quando der causa a grave escândalo que comprometa o decoro da classe.
- A. () V, F, V, V.
- B. () F, F, F, F.
- C. () F, V, V, V.
- D. () V, F, F, F.

37ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 14.310, de 19/06/2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Decorridos cinco anos de efetivo serviço, a contar da data da publicação da última transgressão, o militar sem nenhuma outra punição terá suas penas disciplinares anuladas automaticamente.
- B. () Poderão compor a Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar, militares integrantes do Quadro de Praças da Polícia Militar, do Quadro de Oficiais de Saúde e do Quadro de Oficiais Complementar
- C. () Não constituirá causa de anulação ou nulidade do processo administrativodisciplinar ou de qualquer de seus atos a participação de militar cuja suspeição não tenha sido arguída no prazo estipulado, exceto em casos de comprovada má-fé.
- D. () A Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar é destinada a examinar e dar parecer sobre a capacidade de militar para permanecer na situação de atividade ou inatividade nas IMEs, tendo como princípios a ampla defesa e o contraditório.

38ª QUESTÃO – De acordo com o Decreto nº 42.843, de 16/08/2002, que regulamenta a concessão de recompensas, o Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade (CEDMU), de que trata o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Considera-se caso de suspeição para fazer parte do CEDMU o militar que tenha parentesco consanguíneo ou afim, até o 4º grau, com quem fez a comunicação ou realizou a apuração, ou com o acusado.
- B. () Compete ao Governador de MG e ao Comandante-Geral da Instituição Militar (CBMG/PMMG) a concessão de comendas da respectiva Corporação.
- C. () Nos casos em que o Processo/Procedimento Administrativo- Disciplinar, após a apresentação das razões escritas de defesa, concluir que não há transgressão disciplinar a punir, a documentação será solucionada pela autoridade competente, sendo dispensada a manifestação do CEDMU.
- D. () Não poderá ser renovada a solicitação de providências para complementação de informações ou realização de diligências complementares, com o fim de sanear dúvidas que inviabilizem a formação e juízo de valor por parte dos membros do CEDMU.

39ª QUESTÃO – De acordo com a Lei nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, no que diz respeito à Avaliação de Desempenho Individual (ADI) e ao Adicional de Desempenho (ADE), é INCORRETO afirmar que:

- A. () Serão considerados como fatores de avaliação individual a avaliação anual de desempenho e produtividade, o conceito disciplinar e o treinamento com arma de fogo.
- B. () O valor do ADE será determinado a cada ano, levando-se em conta o número de avaliações de desempenho individual satisfatórias obtidas pelo militar.
- C. () Considera- se satisfatório para fins de obtenção do ADE o resultado igual ou superior a 70% (setenta por cento).
- D. () O militar que não for avaliado por estar totalmente afastado por mais de cento e vinte dias de suas atividades, devido a problemas de saúde, decorrente de acidente de serviço ou moléstia profissional, terá a nota fixada em 70% (setenta por cento) se o resultado da sua última ADI for inferior a este valor.

40ª QUESTÃO – Nos termos da Lei nº 5.301, de 16/10/1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais e do Decreto n. 46.297, de 19/08/2013, que contém o Regulamento de Promoção de Oficiais, marque a alternativa CORRETA:

- A. () Para os Oficiais do QOS, a inclusão no almanaque será regulada de acordo com a ordem de classificação, observando-se a nota obtida no curso, independente da especialidade.
- B. () A promoção por ato de bravura dispensa outras exigências legais. Nesse sentido, poderá o militar ser promovido ainda que não possua conceito disciplinar satisfatório.
- C. () Oficial que for agregado em razão de exercício de cargo público civil temporário retornará, ao seu término, ao almanaque no respectivo quadro e no mesmo número em que estava no início de sua agregação.
- D. () Para aferição da disciplina do oficial da PMMG, serão computados os pontos obtidos na apreciação das comendas concedidas pela Polícia Militar, assim consideradas: Alferes Tiradentes, D. Pedro II, Mérito Profissional e Mérito Militar.

EXAME DE APTIDÃO PR	OFISSIONAL - EAP/2	014 - 1º TEN QOPM / 0	QOC- PROVA II	

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40